



COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER A PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 45/2019

EMENDA MODIFICATIVA Nº (Do Sr. Deputado Fausto Pinato – PP/SP)

É proposta a modificação do conteúdo do artigo 1º, da PEC nº 45/2019, com a alteração atinente à redação do inciso V, do artigo 152-A, da Constituição Federal, para garantir a manutenção de outros incentivos/benefícios vigentes ligados às exportações:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com os seguintes artigos alterados ou acrescidos:

“Art. 152-A [...]

“V – não incidirá sobre as exportações, assegurada a manutenção dos créditos e demais incentivos, nos termos da lei;”.

Justificativa

O texto proposto pela referida PEC deixa de apresentar com clareza quais seriam os reflexos de uma potencial aprovação no que diz respeito aos benefícios e créditos vigentes, obviamente, ligados à exportação. Afinal, ainda que a redação original descreva assegurar a manutenção de créditos, há receio de que o intuito tenha sido, unicamente, de preservar os créditos referentes à não-cumulatividade do IBS, não contemplando casos diversos.



Assim, a manutenção da redação original do inciso V, do artigo 152-A, da Constituição Federal, na PEC nº 45/2019, afetaria a segurança jurídica de relações jurídicas existentes e poderia ensejar em aumento de contencioso administrativo e judicial, na medida em que contribuintes passariam a questionar o encerramento de programas de incentivos.

Exemplificando, nos termos da Lei nº 13.043/14 (conversão da MP 651/14), foi reinstituído o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (REINTEGRA), destinado aos exportadores que realizam a industrialização de produtos no país, observados os demais requisitos legais.

A regulamentação deste Regime Especial é dada pelo Decreto nº 8.415/15 e posteriores alterações, sendo que, reduções repentinas dos percentuais de creditamento pré determinados, em 2015 e, novamente, em 2018, ocasionaram diversas ações judiciais questionando o não cumprimento do princípio da anterioridade, o que poderia se repetir na hipótese de não ser promovida alteração na redação da PEC nº 45/2019, conforme proposto pela presente emenda.

Afinal, em conclusão, manter inalterado o texto original do inciso V, do artigo 152-A, da Constituição Federal, da PEC nº 45/2019, significaria insegurança jurídica, ante a incerteza da manutenção de outros incentivos ou benefícios legais anteriores, além da grande possibilidade de judicialização do assunto, como no exemplo do REINTEGRA, o que traria, inicialmente, maiores custos ao aparelho estatal, além de potencial postergação de pagamento de tributos, exatamente em razão de ações movidas pelos contribuintes.

Sala das sessões, de setembro de 2019.

Deputado Fausto Pinato – PP/SP

Deputado Federal – PL/PB